

✓ Contributo à construção de indicadores qualitativos para a avaliação comparativa de políticas públicas em diferentes blocos geopolíticos

Ana Cristina Brito Arcoverde¹
Cristina Maria Pinto Albuquerque²

¹ Professora titular da UFPE, Doutora em Sociologia (Paris III), Pós-Doutora em Avaliação de Políticas Públicas e Intervenção Social (UC/PT). Pesquisadora do ARCUS na UFPE e no ODEPP (PT, UFPE e UNESP). E-mail: ana.arcoverde@gmail.com.

² Professora Auxiliar da UC/PT. Doutora em Letras (U-Fribourg). Pós-Doutora em Filosofia Social e Política (Paris Descartes). pesquisadora do CEIS20 e CICS-NOVA e do ODEPP (PT, UFPE e UNESP). E-mail: albuquerquecristina05@gmail.com.

Resumo: O artigo oferece contribuição para demonstrar a necessidade de construir indicadores qualitativos transnacionais para avaliação de políticas públicas em função dos seus objetivos, extrapolando os indicadores nacionais ou internacionais disponíveis, inclusive para permitir comparações entre os programas similares Bolsa Família no Brasil e Rendimento Social de Inserção em Portugal. Parte-se do entendimento de avaliação como produção de conhecimento, política pública como síntese de interesses em confronto, indicador como contendo e expressando o conteúdo de formatação das políticas. Propõe-se uma grelha de abstração com indicadores para desvendar universalidades e particularidades dos dois programas em seus contextos e possibilitar sínteses comparativas críticas. Foi possível identificar fatores transversais e supranacionais que podem constrianger a aplicação e os efeitos de políticas com finalidades e foco ideológico semelhantes, perspectivar fatores situacionais/locais que podem condicionar os diferentes efeitos/impactes das mesmas, e desenhar propostas de revisão/acompanhamento mais consonantes com o que a política visa atingir ou superar.

Palavras-chave: avaliação comparativa, indicadores qualitativos, políticas públicas, Portugal, Brasil.

EN Contribution to the construction of qualitative indicators for the comparative evaluation of public policies in different geopolitical blocks

Abstract: The article offers a contribution to demonstrate the need to construct qualitative indicators for the evaluation of public policies according to their objectives, extrapolating the available national or international indicators, including to allow comparisons between similar Bolsa Família programs in Brazil and Social Inclusion Income Portugal. It starts from the understanding of evaluation as production of knowledge, public policy as a synthesis of interests in confrontation, indicator as containing and expressing the content of formatting policies. It is proposed an abstraction grid with indicators to unveil universality and particularities of the two programs in their contexts and enable critical comparative syntheses. It was possible to identify transverse and supranational factors that could constrain the application and effects of policies with similar aims and ideological focus, to consider situational / local factors that can condition the different effects/impacts of the same, and to draft revision/follow-up proposals more consonant with which the policy aims to achieve or overcome.

Key-words: comparative evaluation, qualitative indicators, public policies, Portugal, Brazil

ES Contribución a la construcción de indicadores cualitativos para la evaluación comparativa de políticas públicas en diferentes bloques geopolíticos

Resumen: El artículo ofrece contribución para demostrar la necesidad de construir indicadores cualitativos transnacionales para la evaluación de políticas públicas en función de sus objetivos, extrapolando los indicadores nacionales o internacionales disponibles, incluso para permitir comparaciones entre los programas similares Bolsa Familia en Brasil y Rendimento Social de Inserción en Portugal. Se parte del entendimiento de evaluación como producción de conocimiento, política pública como síntesis de intereses en confrontación, indicador como conteniendo y expresando el contenido de formato de las políticas. Se propone una cuadrícula de abstracción con indicadores para desvelar universalidades y particularidades de los dos programas en sus contextos y posibilitar síntesis comparativas críticas. Es posible identificar factores transversales y supranacionales que pueden constreñir la aplicación y los efectos de políticas con finalidades y foco ideológico semejantes, plantear factores situacionales/locales que pueden condicionar los diferentes efectos/impactos de las mismas, y diseñar propuestas de revisión/acompañamiento más consonantes lo que la política pretende alcanzar o superar.

Palabras-clave: evaluación comparativa, los indicadores cualitativos, de política pública, Portugal, Brasil

FR Contribution à la construction d'indicateurs qualitatifs pour l'évaluation comparative des politiques publiques dans différents blocs géopolitiques

Résumé: L'article offre une contribution pour démontrer la nécessité de construire des indicateurs qualitatifs pour l'évaluation des politiques publiques en fonction de leurs objectifs, en extrapolant les indicateurs nationaux ou internationaux disponibles, y compris pour permettre des comparaisons entre des programmes Bolsa Família similaires au Brésil et le revenu d'inclusion sociale. Portugal. Il part de la compréhension de l'évaluation en tant que production de connaissances, de la politique publique en tant que synthèse des intérêts en confrontation, en tant qu'indicateur qui contient et exprime le contenu des politiques de formatage. Il est proposé une grille d'abstraction avec des indicateurs permettant de révéler les universités et les particularités des deux programmes dans leurs contextes et de permettre des synthèses comparatives critiques. Il a été possible d'identifier des facteurs transversaux et supranationaux pouvant limiter l'application et les effets de politiques ayant des objectifs et une orientation idéologique similaires, de prendre en compte des facteurs situationnels/locaux pouvant conditionner les différents effets/impacts de ceux-ci, et de rédiger des propositions de révision/de suivi plus conformes aux que la politique vise à atteindre ou à surmonter.

Mots-clés: évaluation comparative, indicateurs qualitatifs, politiques publiques, Portugal, Brésil

INTRODUÇÃO

¹ Texto adaptado para o português de Portugal, e em consonância com o novo Acordo Ortográfico.

Construir indicadores qualitativos para realizar avaliações comparativas de políticas públicas transnacionais em diferentes blocos geopolíticos, como por exemplo o europeu e o da América Latina, constitui-se, na contemporaneidade, um desafio, dada a sua complexidade, e ao mesmo tempo um requerimento epistemológico para incrementar competências teóricas, metodológicas, técnicas e políticas dos planejadores e executores para a superação de problemáticas sociais comuns, como o são a pobreza, o desemprego e as desigualdades sociais.

A avaliação de políticas públicas é um terreno movediço, mas desafiante, e tem despertado, nas últimas décadas, o interesse de muitos centros de pesquisa e pesquisadores, gestores, profissionais e executores terminais de políticas. Seja no Brasil ou em Portugal, muito já foi produzido e socializado sobre a temática nas várias disciplinas das Ciências Sociais Aplicadas, constituindo-se mesmo num saber e campo propriamente interdisciplinar.

A avaliação de políticas públicas e sociais em particular vem-se expandindo depois da década de oitenta do século passado por meio de pressão dos movimentos sociais perspectivando o aperfeiçoamento da democracia e o amplo exercício dos direitos de cidadania e/ou talvez muito mais por meio da pressão que as instituições e organismos internacionais financiadores das políticas particulares nos dois países fazem e a requerem como condição de acesso aos investimentos, e na direção, sobretudo, dos resultados dos recursos investidos. Afirma-se, inclusive, da expansão da avaliação no campo das políticas públicas, mas ainda restrita a uma determinada modalidade de avaliação, como é o caso da avaliação gerencialista (Souza, 2015).

Cada modalidade de avaliação desenvolve e contém os seus próprios indicadores. Os indicadores mais conhecidos, como o Produto Interno Bruto (PIB), o coeficiente de Gini, o índice de Theil, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), dentre outros, e até então construídos para avaliar as políticas e os programas executados, seja em nível nacional ou internacional, inclusive para permitir comparações entre países, ou numa série temporal no mesmo país, são múltiplos, tanto quanto são múltiplos e diversos os conceitos que formatam as políticas e constituem o conteúdo que eles, os indicadores, encerram. Como afirmam Guimarães e Jannuzzi (2004), o indicador é um conceito que sintetiza claramente a concepção que se tenha de um determinado fenômeno económico e/ou social, como são exemplares os fenômenos do crescimento ou

queda da produção da riqueza, da pobreza, do desemprego e das desigualdades sociais, dentre outros. Tanto que é comum como procedimento a definição a priori do indicador a ser utilizado para sintetizar uma dada realidade que se quer conhecer, mas também para subsidiar a tomada de decisões, proceder ao acompanhamento e execução de uma determinada política ou programa social, visando equalizar descompasso entre desenvolvimento económico e social, entre riqueza e pobreza, e orientar estratégias de superação.

Apesar de todo o cuidado com a precisão terminológica e/ou conceptual dos indicadores, as críticas aos mesmos, sobretudo referentes à inconsistência, insuficiência e possibilidade de dar conta das dimensões das realidades, mas também dos resultados e que orientariam decisões de planeamento, replaneamento e/ou de convertimento, acompanham historicamente as suas aplicações e análises.

Portanto, a construção de indicadores para avaliação comparativa de políticas públicas aqui proposta, no caso do Programa Bolsa Família no Brasil e em relação ao Rendimento Social de Inserção português, em execução nas duas realidades particulares, requer cautela e a busca de subsídios teóricos e metodológicos para defini-los, para além dos indicadores já disponíveis, mas indicadores apropriados aos objectivos que se pretende alcançar. Para tanto, trataremos dos dois contextos, procurando as suas particularidades e aproximações, caracterizaremos os dois programas em relação ao momento de suas criações, origem e tipo de regulação, público-alvo, benefício e/ou direito concedido, buscaremos referenciais nas ciências sociais para estudos comparativos e, finalmente, avançaremos com a proposta de construção de alguns indicadores qualitativos transnacionais para avaliação comparativa de programas sociais, como é o propósito deste artigo. Daremos ênfase, sobretudo, ao processo de planeamento das políticas públicas e ao seu ciclo de produção.

OS CONTEXTOS: PORTUGAL E BRASIL NO SÉCULO XXI

Portugal e Brasil são dois países que, embora situados em dois continentes diferentes, o primeiro no continente europeu, compondo o mundo dos países mais desenvolvidos, e o segundo no continente latino-americano, compondo o mundo dos países pobres, desfrutam de uma posição e/ou inserção na economia mundial periférica. O Brasil, com dimensão continental, no sul da América Latina, integra a periferia do mundo capitalista, ou de capitalismo tardio, enquanto

Portugal é um país do sudoeste europeu, que ocupa uma das últimas posições, em termos de desigualdades socioeconómicas, dentre os 28 países que integram a União Europeia e os 19 da zona euro (2016). Embora pertençam a blocos geopolíticos diferentes e vivam diferenciadas ordens económicas e financeiras sob o capitalismo globalizado, apresentam muitos pontos de convergência, além de inúmeras especificidades. Dentre as especificidades ou diferenças, Balsa (2005, p.7) chama a atenção para as seguintes: “as suas posições no interior da divisão internacional do trabalho; uma evolução e uma estrutura diferente das formações nacionais e dos aparelhos de Estado; dinâmicas e tecidos sociais diversamente compostos e estruturados”. As diferenças em cada contexto indicam construção, concepção e enfrentamento das suas problemáticas sociais particulares. Só para lembrar, a conflitualidade social durante todo o século XIX expressa na pauperização da classe trabalhadora contribuiu para a sua unificação e a tornou protagonista na construção das democracias constitucionais europeias, embora de forma tardia em Portugal (Estanque, 2006, p.77). No continente latino-americano, a mesma conflitualidade social histórica não unificou, nem tornou protagonistas os trabalhadores; não que não se organizassem, resistissem e lutassem, mas devido ao traço elitista que marcou os movimentos sociais e a revolução burguesa pelo alto e tardia na sociedade brasileira (Caio Prado Júnior, 1945; Florestan Fernandes, 1975). Os pontos de convergência dos contextos dos dois países consistem nos curtos ciclos de crescimento económico e euforia de desenvolvimento social das economias nacionais, nas taxas elevadas de desemprego, na regressão das conquistas por direitos dos trabalhadores, pobreza persistente e permanência das desigualdades sociais em prol da acumulação de riquezas por poucos: 44 famílias em Portugal e 160 famílias no Brasil (Vaz, 2016).

O avanço democrático, depois de 46 anos de ditadura em Portugal, nos anos pós-1975, e no Brasil, depois de 21 anos de ditadura, nos anos posteriores a 1988, foi significativo e resultou num conjunto de direitos sociais proclamados nas cartas políticas dos dois países. Mas, no passado como no presente, se as lutas sociais por uma sociedade baseada no contrato social e nos direitos de cidadania foram sangrentas, as lutas sociais pela manutenção e avanço dos direitos já conquistados enfrentam sérios obstáculos.

Tanto o modelo social português, típico do europeu, quanto o modelo social liberal ou restrito brasileiro, típico do continente latino-americano, desde final dos anos 90 do século passado, começam a mostrar sinais de colapso e enfrentam sérias dificuldades na década e meia do presente século com as rápidas transformações sob os ditames dos organismos internacionais (BM, FMI, OMC, CE)

que controlam a globalização económica e financeira das economias nacionais (associada ao neoliberalismo), a desregulamentação das formas de trabalho, o frágil crescimento da economia, as desigualdades sociais crescentes, o desemprego elevado e as pobreza renitentes. Mas também, uma certa apatia em relação ao debate público, participação cívica, e certa desconfiança da política e dos políticos considerados sinónimos de corrupção.

Com tais determinações e no que concerne especificamente ao enfrentamento da pobreza extrema no Brasil e da situação socioeconómica grave em Portugal, ambas produzidas e agravadas com a globalização excludente e austeridade impostas, no caso português, pela recente presença da *Troika* (2011 a 2014), foram construídas respostas de tardio reconhecimento dessa expressão da questão social pelos governos liderados, no Brasil, por Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, e, em Portugal, por Pedro Passos Coelho, do Partido Social Democrata (PSD), em coligação com Paulo Portas, do CDS-Partido Popular.

De 2003 a 2015, período que se inicia com a criação dos programas Rendimento Social de Inserção português e Bolsa Família brasileiro, como escolhas das políticas públicas de combate à pobreza, os dois países apresentavam e afixavam indicadores que merecem ser aqui pontuados, a título de quantificação e ilustração daquelas situações (Portugal, 2015b; Portugal, 2015c; Brasil, 2015a).

O Brasil tinha, em 2003, 181,8 milhões de habitantes e Portugal, 10,460 milhões, sendo a População Economicamente Activa (PEA) dos dois países 21,259 milhões de pessoas e 5.433,8 respectivamente. Actualmente são 10.612,846 milhões de portugueses, e 205.196,750 milhões de brasileiros. O PIB português em 2003 era de 165 biliões de dólares e, em 2015 chegou a 242,989 biliões de dólares, enquanto o PIB brasileiro em 2003 era de 552,5 biliões de dólares e, em 2015, passou a 2.243,804 triliões de dólares. Os brasileiros e portugueses economicamente activos em 2015 somavam 104,2 milhões de pessoas e 5.225,6, respectivamente. O IDH do Brasil em 2003 era de 0,792 e ocupava a 63ª posição entre os países de alto desenvolvimento, mas em 2015 o índice decresceu a 0,744 e o país passou a ocupar a 79ª posição no mesmo grupo. Portugal, em 2003, possuía IDH de 0,904 e ocupava a 27ª posição entre os países com muito elevado desenvolvimento, hoje, apesar de permanecer no mesmo grupo dos muito elevados, com IDH de 0,822, desceu na classificação dos países do referido grupo e passou a ocupar a 41ª posição. Ambos os países em foco apresentam elevados índices de desenvolvimento humano, o que faz de Portugal integrante dos países de muito alto desenvolvimento humano (41ª posição), e do Brasil integrante do bloco dos de alto desenvolvimento humano (79ª posição).

Considerando o crescimento exponencial populacional, muito mais no caso brasileiro do que no português, e o fato de o Produto Interno Bruto do Brasil quadruplicar em 2015 (na sequência histórica apontada) e o de Portugal chegar a 77,989 bilhões, as duas economias cresceram pouco. O PIB português decresceu em 2003 em torno de -0,93, mas apresentou crescimento de 1,4% em 2015. No Brasil, o total das riquezas cresceu 1,10% em 2003 e foi negativa em 2015 com -1,2%, apresentando anos de picos significativos, como em 2004 (5,70%), 2007 (6,10%), 2008 (5,2%) e 2010 (7,5%). Já Portugal apresentou seu pico de crescimento positivo mais significativo em 2007, quando, depois de três anos consecutivos registando crescimento negativo, chegou a 2,49% de crescimento da riqueza. O desemprego cresceu e decresceu, mas permanece elevado, entre 2003 e 2015, nos dois países. Em 2003, a taxa de desemprego em Portugal era de 5,3% e mais que dobrou em 2015 com 12,2%, atingindo mais a população jovem. No Brasil, em sentido inverso, 12,4% dos brasileiros estavam desempregados em 2003 e em 2015, com oscilação para menos em 2014 quando atingiu o menor percentual de décadas, ou seja apenas 5,6%, são 8,4% os desempregados. No caso português, a situação vem-se agravando nos últimos anos, em especial, depois de 2011, quando o governo recorreu ao financiamento externo pela segunda vez na sua história, em razão de a economia ter entrado em recessão, e a acção de reestruturação económica do país ter passado ao controlo da Comissão Europeia, do Banco Central europeu e do Fundo Monetário Internacional, sob a política de austeridade do Presidente Aníbal António Cavaco Silva e do governo de Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.

No caso brasileiro, os onze anos de decréscimo do desemprego, ou seja de 2003 a 2014, pode ser explicado por diversas razões: conjuntura externa atípica com a desvalorização cambial do dólar americano causada pelos custos da Guerra do Iraque, consumo de produtos brasileiros pela China, ajuste ortodoxo e surpreendente da economia (Roque, 2015), mas também por conta dos planos de aceleração do crescimento económico, política de aumento do salário mínimo progressivo, e o não crescimento proporcional dos salários mais elevados, além das políticas de transferência de renda, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e da sua sucessora Dilma Vana Rousseff Linhares, considerados os responsáveis pela redução das taxas de desemprego até 2014, quando então voltam os patamares elevados da década anterior.

Entre cenários distintos, ora favoráveis, ora desfavoráveis, vivenciados pelos portugueses e brasileiros de 2003, quando foi criado o Rendimento Social de Inserção, e um ano depois o Bolsa Família em 2004, até o ano de 2015, um fenómeno complexo, problemático e problematizado permaneceu robusto e quase que inalterado: a

pobreza e a pobreza extrema, e a situação socioeconómica grave de contingente significativo de nacionais dos dois países. Em Portugal a taxa de “risco” de pobreza após as transferências sociais está em 10,7% dos empregados, 40,5% dos desempregados e 12,9% dos reformados, ou seja, dos aposentados, contabilizando um aumento de mais 1,4 % da população em risco de pobreza, somente entre 2011 e 2013 (de 17,9% passou a 19,5%) (Portugal, 2015b, citado por Rosa, 2015). Ou seja, a pobreza atinge todos, sejam trabalhadores, não empregados e aposentados. No final do período, o Brasil conseguiu sair, finalmente, da rota da fome e retirou da pobreza material extrema mais de dois milhões e meio de brasileiros, mas permanece, ainda, com uma taxa elevada, enquanto a riqueza cresce proporcionalmente e de forma concentrada.

Em Portugal, a situação não é diferente, pois como afirma Rosa, “os ricos estão mesmo a ficar cada vez mais ricos” (*apud* INE, 2015, p. 13). A problemática merece, portanto, avaliação qualitativa transnacional dos conteúdos, concepções, impactos e sentidos dos e entre os dois programas da política pública de enfrentamento dessa expressão da questão social, nos dois contextos sob os mesmos determinantes da lógica da sociabilidade capitalista, mesmo porque os pobres estão a ficar cada vez mais pobres, nos dois blocos geopolíticos!

Características principais dos programas Bolsa Família, no Brasil, e Rendimento Social de Inserção, em Portugal

O Programa Bolsa Família brasileiro (PBF) foi instituído pelo Governo Federal por meio da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, sendo alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007, e destinado às acções de transferência de renda com condicionalidades. Trata-se de um programa que ampliou e unificou anteriores procedimentos de gestão e execução das acções de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação (Bolsa Escola), de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), criado em 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde (Bolsa Alimentação), instituído em 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído em 2002, e do Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico), instituído em 2001, com administração do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, criado em 22 de janeiro de 2004.

Assina a lei o presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva, na sua primeira gestão iniciada em 2003, e até 2007, quando então assume segundo mandato presidencial, sem solução de continuidade.

O PBF é um programa condicional de transferência directa de renda dimensionado em escala nacional, pois abrange os 5.561 municípios brasileiros, e atende aproximadamente 14 milhões de famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza com renda familiar *per capita* inferior a R\$77,00 reais mensais, ou seja: 18,91 euros em 7 de dezembro de 2015 (Arcoverde; Chaves, 2015).

Além de enfrentamento da pobreza e da fome no país, o PBF pode ser considerado uma inovação em termos de intervenção pública na área social. Os benefícios transferidos variam em conformidade com as necessidades de cada família. No valor básico repassado incluem-se, ainda, o benefício variável adolescente/jovem (BVJ); o benefício variável gestante (BVG); e o benefício variável nutriz (BVN), para mães que estão amamentando. Portanto, o valor do benefício –o valor médio chega a R\$ 176,00 ou 43,22 euros, e o menor valor a R\$ 35,00 ou 8,59 euros – varia de acordo com a renda familiar por pessoa, com o número de crianças e de adolescentes de até 17 anos, e com o número de gestantes e nutrizas que compõem cada família (Arcoverde; Chaves, 2015).

As condicionalidades para receber o valor básico e/ou variável da renda/benefícios previstos e que estruturam o PBF em suas acções e programas complementares implicam os seguintes compromissos para permanecer como utente/beneficiário: na área da saúde, os responsáveis devem: a) acompanhar e manter actualizado o calendário de vacinação/imunização, e realizar o acompanhamento do estado nutricional e do desenvolvimento de crianças menores de sete anos, pois o cartão de saúde da criança será exigido para o atendimento pelo programa; b) inscrição no pré-natal das gestantes e nutrizas na faixa etária de 14 a 44 anos, bem como comparecimento às consultas na unidade de saúde mais próxima de sua residência. Também é exigida a participação das gestantes e nutrizas em actividades educativas relativas ao aleitamento materno e à alimentação saudável. Na área da educação, é preciso: a) comprovar a manutenção da matrícula em estabelecimento regular de ensino, e a frequência escolar mínima de 85% da carga horária mensal do ano lectivo escolar para crianças entre 6 e 15 anos, e de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos. Caso haja mudança de escola ou de série dos dependentes de 6 a 15 anos, os pais devem informar ao órgão gestor do PBF no município de sua inscrição para possibilitar o acompanhamento da frequência escolar, e b) participar dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal para crianças e adolescentes com até 15 anos, em risco ou retiradas do trabalho infantil (Arcoverde; Chaves, 2015).

O descumprimento de tais condicionalidades pela família implica inicialmente advertência e, no caso de reincidência, bloqueio por um mês do benefício, que é operado por meio de cartão magnético. A partir de uma terceira notificação, o cancelamento do benefício será efetivado

após registro no Sistema de Condicionalidades – SICON (Arcoverde; Chaves, 2015). O descumprimento de condicionalidades em relação a um benefício variável, como, por exemplo, o BVJ, gera as mesmas sanções, mas não afeta os demais benefícios, sejam eles: básico e/ou variável, recebidos pela família.

O PBF tem sua génese qualificada enquanto política de governo afixando preocupação com a pobreza, a pobreza absoluta e a fome no país, articulando-se com outros programas complementares de inserção ou inclusão social e estabelecendo condicionalidades nas áreas da educação, saúde e assistência, então direitos sociais. Está estruturado em três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades para acesso aos direitos sociais básicos e acções, e programas complementares. Ainda integra o Plano Brasil sem Miséria e vem, depois de 11 anos de existência, apresentando resultados positivos no que se refere à superação da fome no país e da pobreza absoluta, mas as desigualdades permanecem nas classes C, D e E. Dentre os desafios, como é o caso da demanda reprimida, das portas de saída da tutela estatal, desarticulação com políticas de emprego e empregabilidade, cultura política e assistencialista, está a sua transformação em política de Estado.

O Programa Rendimento Social de Inserção português data de 21 de maio de 2003. Foi criado no âmbito da segurança social durante a presidência de Jorge Fernando Branco de Sampaio, do Partido Socialista (PS), e do governo do primeiro-ministro José Manuel Durão Barroso, pertencente ao Partido Social Democrata (PSD), de orientação mais à direita, como uma medida de combate à pobreza para assegurar, nas 3.092 freguesias dos 308 concelhos (depois de 2013), aos cidadãos e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das necessidades mínimas e, ao mesmo tempo, para favorecer a progressiva inserção social, laboral e comunitária, tendo como princípios basilares a igualdade, a solidariedade, a equidade e a justiça social.

Conforme os artigos 2º e 3º da Lei nº. 13 de 21 de maio de 2003, que revogou a lei anterior (Lei nº19-A de 29 de junho de 1996), os agregados familiares beneficiários de RSI terão acesso a uma prestação, de carácter transitório, e a um programa de inserção. Os indivíduos e famílias mais pobres utentes do RSI, além de receberem uma prestação em dinheiro para satisfazer as necessidades básicas, têm de celebrar e assinar um contrato de inserção que envolve direitos, mas, também, deveres, perspectivando a integração social e profissional. A prestação em dinheiro destina-se a pessoas e famílias que se encontram em fase de carência económica grave e que atendam aos seguintes requisitos: se viver sozinho; somados seus rendimentos mensais, não pode ultrapassar 178,15 euros. Se viver com familiares, os rendimentos do agregado não podem ser iguais ou superiores ao valor máximo do RSI. O valor máximo do RSI corresponde à soma dos seguintes valores por cada elemento do agregado: 1) pelo titular, 178,15 euros

(100% do valor do RSI), 2) por cada indivíduo maior, 89,07 euros (50% do valor do RSI), e 3) por cada indivíduo menor, 53,44 euros (30% do valor do RSI; Portugal, 2015; ISSS, 2007).

Dentre as condições para acesso à prestação do RSI, o património em bens móveis e imóveis do agregado familiar, incluído o requerente, não pode ultrapassar os 25 mil euros; é preciso comprovar residência legal no país há pelo menos um ano, ou três no caso de estrangeiro oriundo de país fora da zona euro; estar em carência económica grave; assinar e cumprir o contrato de inserção; e ter 18 anos (excepto em situações de gravidez, casamento ou união de facto há mais de dois anos, e se tiver menores ou deficientes a cargo que dependam exclusivamente do agregado familiar). Ainda deverá estar inscrito no serviço de emprego na área de residência, autorizar a Segurança Social a ter acesso às informações necessárias para avaliação da situação económica e financeira; não se encontrar em prisão preventiva, ou cumprindo pena de prisão em estabelecimento prisional e não estar institucionalizado em equipamentos financiados pelo Estado.

Caso o desemprego seja por iniciativa própria, só poderá requerer a prestação do RSI um ano após a data em que ficou sem emprego. Conforme Correia (2014, p. 3), o RSI pode ser acumulado com o recebimento de outras prestações sociais, como:

Pensão social de velhice, pensão social de invalidez, pensão de viuvez, pensão de orfandade, complemento por dependência, complemento solidário para idosos, subsídio de renda de casa, bonificação por deficiência, subsídio por assistência de terceira pessoa, subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial, abono de família, abono pré-natal, subsídio no âmbito da parentalidade e adoção, subsídio de doença e subsídio de desemprego.

Assim, o valor do RSI não é fixo, é pago mensalmente durante 12 meses (podendo ser renovado) por meio de vale-postal emitido pelos CTT, ou transferência bancária, e varia conforme a composição e alteração do agregado familiar e dos seus rendimentos. A título ilustrativo, no caso de uma família composta por dois adultos e duas crianças, o valor a receber será de 374,10 euros, ou no caso de uma família composta por três adultos e uma criança, o valor a receber será de 409,73 euros.

No quadro 1 abaixo, sintetizamos alguns dados dos dois programas de enfrentamento à pobreza e pobreza extrema, no Brasil e em Portugal, realçando a proximidade da sua criação, revogação de iniciativas legislativas executadas anteriormente, governos de centro-direita, gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate

à Fome (MDS) e o da Segurança Social, embora em articulação com os outros níveis de poder, ambos centralizadas, a BF com condicionalidade e sanções, o RSI com exigências a comprovar e sanções em caso de incumprimento, modalidades distintas, bolsa no caso brasileiro e/ou prestação em Portugal, mas ambas temporárias e variáveis quanto ao valor, e conforme a composição e situação de composição e/ou pobreza do agregado familiar, operacionalizado no Brasil por bancos e cartão magnético, e em Portugal por vale-postal a ser recebido nas agências dos correios com acompanhamento das famílias por equipas dos Centros Distritais de Segurança Social (CDSS), e equipas de entidades privadas protocoladas com o Instituto de Segurança Social (ISS). Nos dois países, salvaguardados quantitativos distintos, o número de famílias em pobreza e pobreza extrema ou em situação socioeconómica grave é bastante significativo.

Quadro 1: Programas Bolsa Família e Renda Social de Inserção: características gerais²

Características principais	Programa BF – BR	Programa RSI – PT
Data de criação	2004	2003
Regulação	Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 e alterada pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007	Lei 13/2003 de 21 de maio, revogou a Lei 19-A/96 de 29 de junho de 1996, e foi alterada pela Lei 45/2005 de 29 de agosto de 2005
Governo	PT*	PS+ PSD/CDS**
Gestão	Centralizada no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), mas articulada com os níveis estadual e municipal	Centralizada no Instituto de Segurança Social (ISS) e executada por equipas dos CDIS e equipas protocoladas
“Benefícios” assegurados	Renda básica e variável mensal, temporária com condicionalidades na área de saúde, educação e assistência social.	Prestação mensal variável conforme características do agregado familiar, transitória, e acesso a um programa de inserção
Público-alvo	Unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza e pobreza.	Agregados familiares em situação socioeconómica grave
Benefício/direito	Bolsa em pecúnia	Prestação em pecúnia
Total de beneficiários	14 milhões de famílias em 2015	211.590 pessoas em abril de 2015

² Fonte: Elaboração própria. (Legenda: *PT – Partido dos Trabalhadores – Brasil; **PS – Partido Socialista, PSD – Partido Social Democrata, CDS-PP – Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular – Portugal).

Em busca de subsídios para a construção de indicadores qualitativos transversais para avaliação comparativa de programas e políticas públicas

Os programas Bolsa Família brasileiro e o Rendimento Social de Inserção português, criados com um intervalo de apenas um ano entre

eles, compõem as actuais políticas públicas que foram construídas no âmbito do planeamento dos dois Estados nacionais, de enfrentamento às pobreza extremas ou situação socioeconómica grave, questão, inequivocamente, expressões da questão social. Tratando-se de uma mesma problemática, mas com presença marcante em blocos geopolíticos diferenciados, além do desafio de ser a pobreza multidimensional, acresce-se o facto de que são construídas em espaços e temporalidades distintas. Uma terceira dificuldade pode ser acrescida pelo facto de ser a proposta de avaliação qualitativa e transnacional. O enquadramento, portanto, é de investigação avaliativa e comparativa, que busca subsídios teórico-metodológicos nas ciências sociais, particularmente inovando ao tentar comparações entre realidades consideradas produzidas, dinâmicas, de difícil apreensão, e se constituírem historicamente sínteses de múltiplas interacções e determinações (Arcoverde, 2013).

A avaliação das políticas públicas e dos programas que as materializam, em geral, é realizada por meio de indicadores quantitativos que, se úteis para fins de classificação, ou mesmo para produzir relatórios oficiais e alimentar o debate público, como afirma Piketty (2014, p. 260), pouco traduzem a multifacetada e complexa realidade social. Indicadores como o PIB, o Coeficiente de Gini ou o índice de Theil, dentre outros, “tentam resumir em um único indicador numérico uma realidade multidimensional, simplificando em excesso essa realidade e misturando coisas que não devem ser misturadas” (Piketty, 2014, p.260). E acrescenta o mesmo autor, que indicadores estatísticos sintéticos como os acima referidos

[...] fornecem, ao contrário, uma visão abstracta e complicada que não só impede que nos situemos na hierarquia de nosso tempo, como também não permite perceber que os dados subjacentes apresentam anomalias, ou incoerências, ou que, no mínimo não são totalmente comparáveis ao logo do tempo ou entre países. (Piketty, 2014, p. 261).

Pode-se deduzir, então, à luz do referido autor, que a realidade social e o significado económico e/ou político da pobreza extrema ou da situação socioeconómica grave são construídos, concebidos e enfrentados distintamente nos dois países, embora sob o mesmo véu da mundialização económica e financeira do capital. Chegar a essa afirmação não significa dizer também que os indicadores sintéticos, amplamente conhecidos e utilizados, não poderão ser úteis para mostrar dados quantitativos sobre a situação socioeconómica ou financeira do Brasil e Portugal, e até para subsidiar problematizações, mas que não oferecem condições suficientes para empreender uma avaliação comparativa ou transnacional qualitativa dos dois progra-

mas voltados para solucionar a pobreza vivida pelos seus cidadãos. A busca dos sentidos, das concepções, das metodologias e temporalidades dos programas planeados ao nível das políticas públicas em seus ciclos de produção – problema, politização e reconhecimento de um sujeito político, inclusão na agenda pública, formulação de alternativas de política (avaliação), adopção/decisão, elaboração de programas, implementação, execução e avaliação – requer outros indicadores, no caso qualitativos, para compor a grelha de abstracção e análise dos conteúdos, e então permitir desvendá-los e interpretá-los como perspectiva da avaliação pretendida dos e entre os dois programas.

Na análise e avaliação das políticas públicas em seus desdobramentos, como no âmbito do processo de planeamento dos programas, há que se considerar o jogo das suas determinações, a saber: as diferentes definições da expressão da questão social problematizada e incorporada à agenda pública como requerendo resposta urgente; os diferentes contextos sócio-históricos; as diferentes dinâmicas da sociedade civil e dos movimentos sociais organizados em relação à demanda politizada; as relações sociais da sociedade civil e Estado em constante transformação, e a sua capacidade de construir, gerir e implementar políticas públicas; mas também as diferentes respostas e lógicas da acção profissional, e as metodologias e estratégias de implementação e avaliação das políticas públicas. “Esta sensibilidade às modalidades, aos atores ou aos contextos das políticas públicas está muito relacionada com a perspectiva que se adopta para as analisar e avaliar” (Balsa, 2015, p. 55).

A concepção que orienta em geral a construção dos indicadores é de que a política pública é restrita à acção estatal no provimento e garantia dos bens e serviços públicos e, portanto, deve-se pautar pelos princípios de eficiência, eficácia e efectividade. Para cada um desses princípios são construídos indicadores de mensuração em relação aos custos e resultados, objectivos e resultados, e objectivos e metas alcançadas sobre a população pelos programas e políticas públicas. Os resultados quantitativos, em geral, esperados e buscados se alinham com a perspectiva de planeamento e gestão por resultados, e com a avaliação do tipo gerencialista, ou seja, modalidade frequente e realizada pelas políticas públicas sob o ideário neoliberal e mais ancorada no monetarismo, na direcção da alocação de recursos financeiros, nos elementos de auditoria e de controlo da gestão (Souza, 2015). A avaliação pretendida gira para outra direcção, ou seja, a da avaliação como pesquisa social, produtora de conhecimento, qualificadora de processos, problemáticas e sujeitos. Busca, finalmente, captar nos contextos as contradições, concepções, sentidos e os conflitos produzidos, mas também enfrentados em blocos económicos geopoliticamente distintos, com similares determinações.

Nesse sentido, é preciso dizer que a política pública não se restringe à acção estatal ou ao Estado em acção. Ela resulta de uma correlação de forças e interesses conflituosos de classes sociais; ela é produzida no âmbito das relações entre sociedade civil e Estado. E, portanto, pode fundir olhares e diferentes perspectivas ou visões de mundo do que seja ou deva representar uma política pública voltada para a população em situação de pobreza extrema ou condições socioeconómicas graves.

No ciclo de produção das políticas públicas (nas fases de concepção, implementação e definição dos destinatários finais) e dos programas, particularizando os sociais, entram em jogo, além de concepções díspares da problemática da pobreza, quando incluem parcerias de atores e agentes diversos, uma associação de interesses que pode deslocar e/ou restringir o espaço público e a gestão da coisa pública envolvidos na acção pública. As políticas públicas podem seguir e serem conduzidas por e para projectos societários e políticos bem diferentes, ora mais centrados e reforçando partilhas de responsabilidade ou vontade democráticas, ora esvaziando as responsabilidades dos Estados, como explica Balsa (2015).

No caso, a avaliação qualitativa comparativa, raridade nas avaliações de programas sociais, carece de aproximações e indicadores que considerem os seguintes questionamentos: como nos momentos de decisão das políticas públicas de enfrentamento à pobreza nos dois países se configurava a correlação de forças? Quais os sujeitos participantes na decisão dos referidos programas sociais? Quais limites dos espaços, público e privado, constituíram a partilha de responsabilidades e a implementação dos programas RSI-PT e PBF-BR? Quais as concepções de pobreza (material, substantiva, subjectiva) e situação socioeconómica grave definidoras e constituintes dos fundamentos e directrizes dos programas brasileiro e português para seu enfrentamento? Quais determinantes moldaram o formato dos programas de enfrentamento à pobreza como expressão da questão social nos dois Estados geopoliticamente diferenciados?

Parece que, de tudo que foi trazido à luz no presente texto, para empreender uma avaliação qualitativa comparativa das particularidades e universalidades entre e dos programas Bolsa Família e Rendimento Social de Inserção, um conjunto de indicadores a serem melhor elucidados parece chegar à tona (Quadro 2): determinações económicas, sociais, políticas, contextos sócio-históricos, correlação de forças e atores nas decisões políticas e partilha de responsabilidades, definição das concepções de pobreza dos dois programas, capacidades e modalidades de construção, gestão e implementação dos referidos programas, sentidos das respostas às problemáticas construídas e vividas distintamente em Portugal e no Brasil, bem como as próprias modalidades e/ou avaliações das políticas públicas.

Quadro 2: Proposta de indicadores qualitativos de avaliação transnacional comparativa de programas sociais

Eixos de Avaliação	Universalidades	Particularidades	Síntese comparativa crítica
Construção da Política	Determinações económicas, sociais, políticas e culturais, Concepções de pobreza (material, substantiva e subjectiva)	Estado e sociedade civil; Contextos, directrizes da política, indicadores económicos e sociais; Política da questão social; Valores; Participação dos sujeitos na elaboração da política; Partilha de responsabilidades	Pontuar semelhanças e diferenças, captar a influência das determinações nos contextos, comparar o processo de construção da política em relação aos conteúdos definidores, examinar a política da questão social em relação às demandas
Regulação e gestão	Normatização/regulamentação do programa, Fontes de financiamento, Modalidade de gestão (pública e privada, mista), Formato dos programas, Tomada de decisões.	Localização na estrutura estatal, centralização/descentralização, volume dos recursos, condicionalidades	Identificar diferenças e aproximações nas regulações (política de Estado ou de governo), a natureza das fontes de financiamento, comparar os modelos e sistemas de gestão, e condicionalidades
Implementação	Sistema de Operacionalização	Unidades de execução, parâmetros de actuação, equipas de execução, metodologia da actuação profissional, modalidades de acesso, demandas e respostas	Pontuar as diferenças e semelhanças das redes operacionais, da existência e a aplicação dos parâmetros de actuação, bem como a constituição das equipas e diferenças de actuação
Avaliação	Planeamento da avaliação em relação aos ciclos das políticas (construção, execução e avaliação)	modalidade de avaliação, avaliação interna e externa, sujeitos da avaliação, avaliação da avaliação, usos da avaliação	Comparar a previsibilidade de avaliação nas etapas do planeamento e das equipas de avaliação, bem como suas consistências

Fonte: Elaboração própria.

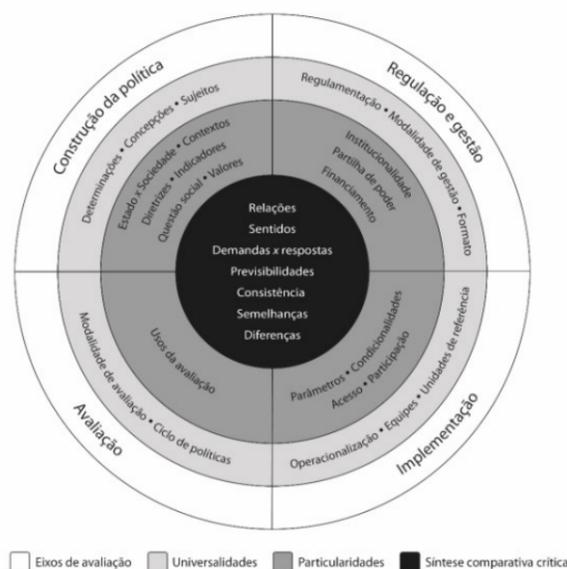
A grelha de abstracção com indicadores acima construídos está composta no sentido vertical por eixos de avaliação: construção da política, regulação e gestão, implementação e avaliação que

dizem respeito aos fundamentos, directrizes e valores do programa no bojo da política e levando em conta o ciclo da política, e no sentido horizontal por dois indicadores-tema: universalidades e particularidades aos programas, contextualizando-os (Figura 1).

A síntese comparativa crítica procurará estabelecer relações e buscar sentidos entre universalidades e particularidades, e será orientada pela dialéctica entre semelhanças e diferenças, demandas e respostas, consistências e previsibilidades.

Assim, antes mesmo de iniciar qualquer investigação avaliativa, será, pois, necessário fazer um exercício de reaproximação às lógicas de produção de conhecimento – dedutiva, indutiva e, sobretudo, dialéctica – e às metodologias qualitativas de pesquisa avaliativa que lhes correspondem – como forma de apoio e de esclarecimento do caminho a ser trilhado e de construção de mediações de aproximação sucessiva ao real, às realidades sociais, económicas e políticas, neste caso, a brasileira e a portuguesa.

Figura 1: Indicadores qualitativos para avaliação comparativa transversal de políticas públicas.



Fonte: Elaboração das autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação transversal comparativa de políticas e programas sociais requer a construção de indicadores qualitativos próprios, tendo em vista a problematização e/ou o questionamento construído ou a direcção da pergunta sobre ou da realidade da qual emana para

empreender a síntese comparativa crítica.

O enquadramento da avaliação entende-a como uma investigação ou pesquisa social, produtora de conhecimentos, qualificadora de processos, problemáticas e sujeitos. A captação dos contextos, contradições, concepções e sentidos, e os conflitos produzidos e enfrentados em blocos económicos geopoliticamente distintos apresentam universalidades e particularidades que as aproximam e as distinguem, permitindo a elaboração de sínteses comparativas críticas das realidades sob múltiplas interacções e relações, mas, sobretudo, pelo véu da mundialização económica e financeira do capital.

A política pública que se materializa nos programas sociais resulta de uma correlação de forças e interesses conflituosos de classes sociais, sendo produzida no âmbito das relações entre sociedade civil e Estado, sob determinações. Como tal, pode fundir olhares e diferentes perspectivas ou visões de mundo do que seja ou deva representar uma política pública voltada para a população em situação de pobreza extrema ou condições socioeconómicas graves, devendo, portanto, ser desvendada no sentido de superar a opacidade própria aos projectos sociais e políticos diferentes, ora mais centrados e reforçando partilhas de responsabilidade ou vontades democráticas, ora esvaziando as responsabilidades dos Estados.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, N. M.; BARBOSA, M. **Legislação da Segurança Social**. 1. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2013.

ARCOVERDE, A. C. B.; CHAVES, H. L. A. Transferência de renda como suporte para redução das desigualdades sociais? *In*: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO, 11., 2015, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2015. p. 9 e 10.

ARCOVERDE, A. C. B. Como avaliar impacto. *In*: ARCOVERDE, A.C.B. (Org.). **Metodologias qualitativas de pesquisa em Serviço Social**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013. p.182-205.

BALSA, C. Temporalidades das políticas públicas e metodologias de implantação. *In*: ARCOVERDE, A.C.B. (Org.). **Avaliação de políticas públicas no capitalismo globalizado**: para que e para quem? Recife: Editora UFPE, 2015. p.53-74.

BALSA, C. Conceitos e dimensões da pobreza: uma abordagem transnacional. *In*:BALSA, C.;WESSLER, L. W.;SOULET, M.H. (Ed.).**Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social: Uma abordagem transnacional.** Ijuí: Unijuí,2005. p. 4-25.

BRASIL (2015a). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: [HTTP://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149). Acedido em: 23 de julho de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Controladoria Geral da União. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **O Programa Bolsa Família.** Publicado em: 2004. Disponível em: http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/cursos_bolsafamilia.pdf. Acesso em: 15 nov. 2015.

CARY, P.;JANE-CATRICE, F. Novos indicadores de riqueza: avaliar o que e para quem? *In* Arcoverde, A.C.B. (Org.).**Avaliação de políticas públicas no capitalismo globalizado: para que e para quem?** Recife: Editora UFPE, 2015.p. 29-52.

CORREIA, I. **Rendimento Social de Inserção: como funciona?** Publicado em: 11 mar. 2014. Disponível em: <http://saldopositivo.cgd.pt/rendimento-social-de-insercao-como-funciona/?full=1>. Acesso em: 6 dez. 2015.

COSTA, A. B. da;BAPTISTA, I.;PERISTA, P.;CARRILHO, P. (Coord.). **Um olhar sobre a pobreza,vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo.** Lisboa: Gradiva, 2008.

ESTANQUE, E. A questão social e a democracia no início do século XXI: participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo. **Revista Finisterra**, 55 (56, 57), p. 77-99, 2006.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GUIMARÃES, J. R. S.;JANNUZZI, P. de M. **Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades.** Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado emCaxambu, MG, de 20 a 24 de setembro de 2004.Disponível em:<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1451/1416>.Acesso em: 12 nov. 2015.

ISSS, IP. (2007). Manual dos Protocolos do Rendimento Social de

Inserção. Serviços Centrais. Lisboa. Instituto da Segurança Social, IP.

LUSA Agência de Notícias de Portugal. **Número de beneficiários do RSI atingiu em abril 211.590 pessoas.** Publicado em: 22 maio 2015.Disponível em:https://www.sapo.pt/noticias/numero-de-beneficiarios-do-rsi-atingiu-em_555f95551e6642f05664f4fe.Acesso em: 9 dez. 2015.

MATOS, M.;COSTA, S. (Coord.) **Impactos dos acordos de inserção no desempenho do RSI (entre 2006 e 2009):Relatório Final.** Dinamia'Cet. Lisboa: Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território (ISCTE-IUL), 2012. Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/2995463/Relat%C3%B3rio_RSI_impactos_2006-2012/30e02bce-6383-4973-b5bb-1c91a90a4682.Acesso em: 8 dez. 2015.

MATOS, M.; COSTA, S. Impactos dos acordos de inserção no desempenho do RSI (Entre 2006-2009). *In*: Diogo, F.; Castro, A.;Perista, P. (Coord.).**Pobreza e exclusão social em Portugal: Contextos, transformações e estudos.** Famalicão: Húmus, 2015.p. 271-283.

PARIJS, P.V. Renda básica: renda mínima garantida para o século XXI? **Estudos avançados, Ética e Economia**, v.14, n.40, São Paulo,set./dez.2000. DOI:<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142000000300017>. Acesso em: 15 nov. 2015.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PORTUGAL (2015a) Instituto da Segurança Social. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/iss-ip-instituto-da-segunca-social-ip>. Acedido em: 5 de julho de 2017.

PORTUGAL (2015b) Instituto Nacional de Estatística - INE. Statistic Portugal. Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt. Acedido em: 23 de julho de 2017.

PORTUGAL. Segurança Social. **Renda Social de Inserção: Manual Prático.** Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/15010/rendimento_social_insercao.Acesso em: 6 dez. 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio.**História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1945.

ROQUE, L. O que realmente permitiu o grande crescimento econômico brasileiro da última década. Texto originalmente

publicado em: set. 2015. Republicado em: 24 ago. 2018.
Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2190>.
Acesso em: 10 dez. 2015.

ROSA, E. (2015). *Os Números da Desigualdade em Portugal: Os Ricos Estão Mesmo a Ficar Mais Ricos e Os Pobres Cada Vez Mais Pobres*. Lisboa: Editora Lua de Papel.

SOUZA, L. M. de (2015). O lugar da avaliação de políticas públicas no capitalismo organizado: O Estado Supranacional e a avaliação. In: A. C. B. Arcoverde (Org.), *Avaliação de políticas públicas no capitalismo globalizado: Para que e para quem?* (pp.75-92). Recife: Editora UFPE.

VAZ, D. (2016). 20 Bilionários Brasileiros de 2015, segundo a Forbes Brasil. Disponível em <http://exame.abril.com.br/negocios/20-bilionarios-brasileiros-de-2015-segundo-a-forbes-brasil/>. Acedido em: 5 de julho de 2017.